

O conceito de escala geográfica nos estudos de mídia regional¹

Sonia AGUIAR²

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Resumo

Este artigo discute a importância do conceito de escala para análise dos processos de regionalização midiática, a partir de pesquisa pós-doutoral em Geografia recém-concluída. Com base em revisões de literatura realizadas por pesquisadores dessa disciplina, diferencia-se a “escala geográfica” da “escala cartográfica”, visando compreender os níveis escalares empiricamente observáveis na distribuição espacial dos sistemas e subsistemas de mídia – local, regional, nacional, global –, que possuem dinâmicas próprias, não hierarquizáveis. Como testagem exploratória dessa proposição, apresenta-se um mapeamento das emissoras afiliadas da Rede Globo de Televisão, identificando-se suas escalas de atuação em redes supraestaduais, estaduais, sub-regionais e multiterritoriais, que se organizam territorialmente de acordo com a densidade populacional e interesses locais.

Palavras-chave: geografias da comunicação; escalas geográficas; regionalização midiática; redes regionais de TV; jornalismo regional.

Introdução

Este artigo apresenta um extrato da discussão conceitual empreendida no âmbito da recém-concluída pesquisa “Geografias da comunicação e regionalização midiática: diálogo epistemológico interdisciplinar”, realizada durante estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a supervisão de Rogério Haesbaert³. Trata-se da noção de “escala geográfica”, entendida como um construto explicativo das relações espaço-temporais que regem tanto o processo de organização e diferenciação do território brasileiro, quanto a configuração histórica da paisagem midiática no País, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

Tal discussão emergiu do processo de resgate da trajetória do conceito de “região” na Geografia, após identificação da “babel conceitual” que caracteriza os estudos sobre o “jornalismo regional” no Brasil, frequentemente confundido com “jornalismo local”, “jornalismo do interior” e “jornalismo comunitário”. Ao se observar que essas expressões,

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação/Ciência da Informação (ECO-UFRJ), com pós-doutorado em Geografia (PPGeo-UFF); professora do PPGCOM-UFS. email: saguiar.ufs@uol.com.br.

³ O relatório final da pesquisa foi convertido no livro “Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil”, atualmente em processo de editoração.

usadas intercambiadamente, muitas vezes se referiam a “recortes” ou “parcelas” diferenciadas e não equivalentes do território brasileiro, percebeu-se que a questão regional no jornalismo, na comunicação e particularmente na abordagem dos sistemas midiáticos é indissociável da sua variabilidade escalar, especialmente em um país com dimensões continentais e diversidade geográfica como o Brasil.

Com base em revisões de literatura e análises críticas da noção de “escala geográfica” e suas diferenciações da “escala cartográfica”, elaboradas por pesquisadores da Geografia, buscou-se compreender os níveis escalares empiricamente observáveis na distribuição espacial dos sistemas e subsistemas de mídia – local, regional, nacional, global – e suas dinâmicas próprias. Nesse processo de construção teórica, a noção de “interior” surge como um problema analítico, na medida em que não corresponde a uma escala espacial, mas se configura como uma categoria relacional de pequenas e médias cidades frente às regiões metropolitanas das capitais de estado, mais do que como uma oposição a “litoral”, ou entre áreas “centrais” e “periféricas”.

A título de testagem exploratória dessa discussão teórica em um recorte empírico concreto, propõe-se uma análise comparativa entre as diferentes escalas que compõem o sistema midiático da Rede Globo de Televisão, com base no Atlas de cobertura divulgado pela Direção Geral de Negócios da Globo Comunicação e Participações S.A.⁴. Este documento apresenta suas emissoras afiliadas a partir da divisão político-administrativa do Brasil em cinco macrorregiões, e mapas de redes regionais de TV que se situam em outras escalas, com recortes territoriais variáveis e não hierarquizáveis.

Alguns desses recortes baseiam-se nas “regiões funcionais urbanas”, sob influência de certas cidades, sobretudo as capitais de estado que formam as principais regiões metropolitanas do País, tal como estudadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde a década de 1970 (IBGE, 2007). Outros correspondem às mesorregiões formadas em torno de cidades de porte médio que funcionam como polos de desenvolvimento regional e/ou referência cultural para um conjunto de municípios. Outros, ainda, “atravessam” as fronteiras de estados, constituindo novos referenciais geográficos orientados pela distribuição territorial das audiências e do mercado publicitário. Cada uma dessas “regionalizações midiáticas” resulta de escalas espaço-temporais indissociáveis das relações econômicas, socioculturais e de poder historicamente construídas em cada recorte.

⁴ Disponível em <http://comercial2.redeglobo.com.br/>.

Da escala cartográfica à geográfica

A despeito da trajetória controversa, o conceito de “região” possui uma estrada sedimentada na Geografia, bastante submetida a revisões de literatura (Gomes, 2014 [1995]; Bezzi, 2004; Haesbaert, 2010; Souza, 2013, entre outros) e a proposições críticas, como as de Bourdieu (1989), Lamoso (2008) e Haesbaert (2010). No entanto, poucos pesquisadores interessados nos contextos local e regional da comunicação, do jornalismo e dos sistemas de mídia têm lançado mão desse conhecimento para trafegar com mais segurança teórica em suas investigações sobre as intervenções midiáticas nesses recortes espaciais.

O mesmo se pode dizer em relação à noção de “escala”, que nas raras vezes em que aparece nos estudos de mídia e de jornalismo apresenta-se mais como metáfora de abrangência espacial (“larga escala”, “escala nacional”, “escala mundial”, “escala global”, “escalas menores”) do que como referencial analítico. Mesmo na Geografia, a “escala geográfica” ainda é um conceito pouco disseminado (ao contrário da “escala cartográfica”), que há poucas décadas vem sendo submetido a análises críticas, tanto como um construto teórico quanto como uma questão metodológica (Castro, 2014; Souza, 2013; Brandão, 2011; 2007; Moore, 2008), nas quais as relações espaço-temporais (geo-históricas) nem sempre são consideradas (Revel, 2010; Haesbaert, 2013).

Desde o início da década de 1980, o debate conceitual e metodológico acerca da noção de “escala” tem atraído geógrafos e outros pesquisadores dedicados a estudos socioespaciais, além de ativistas envolvidos na formulação de estratégias que implicam “políticas de escalas”, como os chamados “movimentos antiglobalização” (Souza, 2013; Moore, 2008). Progressivamente, as reflexões daí resultantes vão superando a vinculação estrita da “escala geográfica” à “escala cartográfica” que, no entanto, precisa ser compreendida em seus pressupostos básicos, por conta das analogias e metáforas ainda reinantes.

A “escala cartográfica” é uma representação gráfica de um terreno ou território expressa por uma fração na qual cada centímetro corresponde a determinada dimensão do espaço concreto. Quanto maior o denominador da fração, menor é a escala, e vice-versa. Como exemplifica Marcelo Lopes de Souza (2013, p.180): em uma escala “grande” (de carta topográfica ou planta), 1: 50.000 indica que 1 cm está representando 50 mil centímetros, ou 500 metros; já em uma escala “pequena” (utilizada em mapas de países e planisférios) a representação seria de 1: 2.000.000 (ou 1 cm para cada 20 km). Isto significa que quanto menor é a escala, mais “alto” (ou mais distante) é o ponto a partir do qual se observa e se “mapeia” o terreno e, com isso, menor é quantidade de detalhes representada; inversamente,

quanto maior a escala, mais próximo é o ponto de observação, o que permite a visualização de maior quantidade de detalhes, com menor abrangência espacial.

A “escala geográfica”, por sua vez, diz respeito aos diferentes modos de percepção e de concepção da realidade espacial em recortes específicos. Ou seja, “tem a ver não com a fração da divisão de uma superfície representada em um documento cartográfico, mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta” (idem). Como alerta Iná Elias de Castro (2014, p.119), confundir a escala fração com a escala extensão leva a tomar-se “o mapa pelo terreno”. Esta autora propõe três linhas de reflexão sobre a escala, imbricadas entre si: como uma questão epistemológica (a partir da superação da analogia com a escala cartográfica, considerada inconveniente ou imprópria por vários autores); “como um problema metodológico essencial para a compreensão do sentido e da visibilidade dos fenômenos numa perspectiva espacial”; e “como uma estratégia de apreensão da realidade que define o campo empírico da pesquisa dos fenômenos, ou seja, os fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado” (Castro, 2014, p.119-120).

Souza (2013, p.181-182), por sua vez, propõe discutir a noção de escala sob três pontos de vista: a escala do fenômeno (objeto de pesquisa), a escala de análise e a escala da ação. A primeira refere-se à abrangência física de um “suposto objeto real” no mundo (tamanho, extensão); no caso de fenômenos sociais, diz respeito à abrangência espacial dos processos e dinâmicas observados (movimentos anti-globalização, por exemplo). Já a escala de análise é intelectualmente construída com base na relação existente entre o “objeto real” e o “objeto do conhecimento”, o que permite a “apreensão de características relevantes de alguma coisa que estamos investigando ou tentando elucidar, a partir de uma *questão* ou de um *problema* que tenhamos formulado” (grifos do autor). Por fim, a escala de ação, de caráter estratégico, diz respeito “à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes”; logo, “se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos”.

A abordagem anti-hierárquica e multiescalar

Apesar de algumas ressalvas, tanto Souza quanto Castro destacam a contribuição de Yves Lacoste acerca do entendimento geográfico da escala, pois foi ele quem primeiro chamou a atenção para o “efeito cognoscente da mudança de escala” em uma investigação científica, com seus postulados de “ordens de grandeza dos conjuntos espaciais” e de “níveis de análise da realidade” (Castro, 2014, p.122). Para este geógrafo francês (apud Souza, 2013, p.185), ao se escolher determinado espaço como campo de observação apreende-se certos

fenômenos e estruturas desse “recorte espacial”, o que implica deixar invisíveis, pouco nítidos ou “deformados” outros fenômenos e estruturas não privilegiados desse ponto de vista. A cada mudança de escala “corresponde uma mudança do nível de análise e deveria corresponder uma mudança no nível de concepção” (Lacoste, 1976, apud Castro, 2014, p.122). Por outro lado, há fenômenos “cuja natureza se altera de acordo com as escalas de observação” (idem, p.126) e outros que só podem ser observados sob determinadas escalas (como as mudanças climáticas, em escala planetária, por exemplo).

Castro chama a atenção para os riscos de “inferências falaciosas” quando se transferem situações de uma escala para outra, sem considerar as especificidades dos fenômenos em relação às escalas de observação e de conceituação. “A consequência mais flagrante do privilégio de uma escala de concepção em detrimento de outras é o aprisionamento do espaço de empiria a uma estrutura conceitual que nem sempre lhe é adequada” (Castro, p.126), como os estudos de jornalismo quando privilegiam a escala nacional. Além disso, mudança de escala “não é uma questão de recorte métrico, mas implica transformações qualitativas não hierárquicas que precisam ser explicitadas” (idem, p.134).

Cada recorte deve equivaler a “unidades de concepção” que não precisam ter, necessariamente, o mesmo tamanho, mas devem colocar “em evidência relações, fenômenos, fatos que em outro recorte não teriam a mesma visibilidade” (idem, p.145). Castro considera necessário problematizar a escala “como uma estratégia de aproximação do real que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno (...), como a complexidade dos fenômenos” (p.118). Para esta autora, “o fenômeno observado, articulado a uma determinada escala, ganha um sentido particular” (p.120). “Na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada”, pondera (p.127). É a escala de observação que torna visível certos atributos de um fenômeno, possibilitando sua mensuração, análise e explicação.

A suposição de hierarquia entre os níveis escalares é uma das questões mais debatidas nas reflexões teóricas sobre a escala geográfica, que se aplicada aos estudos de jornalismo poderia justificar uma relação hierárquica entre os jornais ditos de “prestígio nacional” e os das demais escalas (regional, local, comunitário, de bairros), em vez de tratar cada escala apenas como um dos atributos de diferenciação entre eles. Para Moore (2008), a escala não é uma categoria fixa ou dada, mas sim, “socialmente construída, fluida e contingencial”. Souza (2013, p. 188) concorda e considera que as escalas variam em número e natureza,

“da mesma maneira como variam os objetos de conhecimento, os modos de construí-los e as questões (os problemas) que orientam essa construção”.

Nessa perspectiva anti-hierárquica, as escalas “definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas” (Castro, 2014, p.136). Contudo, por mais que se questionem as relações hierárquicas entre as escalas, em defesa de uma abordagem mais fluida e flexível, a ideia das “bonequinhas russas” (as *matrioskas*) vem sempre à mente quando se pensa nos desdobramentos entre as escalas. O nível “local”, por exemplo, é muitas vezes identificado como um recorte político-administrativo correspondente ao município, ou à sua cidade-sede, ou ainda a qualquer cidade, independente de reconhecimento formal. Pode ainda ser estendido às suas sub-escalas, como um povoado, um bairro ou um setor geográfico.

Assim, como já salientaram David Harvey e outros (apud Souza, 2013, p.191), “as escalas não são imutáveis, muito menos ‘naturais’; elas são, muito pelo contrário, produtos de mudanças tecnológicas, de modos de organização humana e da luta política”. Por isso, qualquer proposta de tipologia serve apenas para situar os recortes espaciais e orientar as escolhas dos níveis de análise, e terá sempre que ser relativizada de acordo com o contexto específico de cada pesquisa. Nessa perspectiva, a escala é vista aqui como um instrumento metodológico de mão dupla, que pode partir dos desdobramentos do lugar (cidade, aldeia, bairro, quarteirão, rua etc.) ou da totalidade global (mundo, nação, região, lugar).

A região e suas escalas

Enquanto construto intelectual, o conceito de região apresenta-se como uma “espécie de artifício ou instrumento que permite o entendimento das 'partes' do espaço geográfico através de princípios gerais de diferenciação/homogeneização”, segundo Haesbaert (2010, p.91), sejam essas partes vistas como espaços preponderantemente econômicos ou como realidades simbólicas e identitárias associadas aos espaços vividos. Para Yves Lacoste (1988, apud Souza, 2013, p, 141), a “representação mais operacional e científica do espaço não é a de uma divisão simples em ‘regiões’, em compartimentos justapostos uns aos outros, mas a de uma superposição de vários quebra-cabeças bem diferencialmente recortados”. Ele considerava uma “falácia” supor que “o conteúdo de uma região mais ou menos se explicasse em si mesmo, quando, na verdade, processos atinentes a diferentes escalas contribuem para definir estruturas e dinâmicas na escala regional” (idem).

Segundo Souza (2013, p. 145-146), “há uma tradição acadêmica que, ora explícita e conscientemente, ora tacitamente”, identifica a região como um nível ou uma escala

geográfica intermediária entre a escala “local” (especialmente a da cidade ou município) e a “nacional”, ou seja, como “uma entidade espacial maior que uma cidade ou município e menor que um país”. No entanto, ele considera como “escala da região” a variedade de unidades e sub-unidades espaciais que recortam um território. Isto significa que, como apontam Théry e Mello (2009), entre a escala das 27 unidades da federação e a pulverização dos 5.570 municípios⁵, existem outros agrupamentos territoriais, como os agregados de municípios em 137 mesorregiões e 558 “microrregiões geográficas” (definidas pelo IBGE a partir do Censo de 1991).

Dentro da escala regional é possível encontrar também “regiões” tradicionais ou político-administrativas que recortam estados sob diferentes critérios identitários ou pragmáticos (Vale Paraibano, Serra Gaúcha, Recôncavo Baiano, Agreste Pernambucano, Cariri, Baixo Solimões etc.). Souza (2013, p.148, nota 18) lembra que alguns recortes espaciais do Brasil correspondem a uma “forte identidade regional, reconhecida tanto por *outsiders* quanto *insiders*”, como o Nordeste e a Amazônia, metonímia invertida da Região Norte (o todo pela parte). Théry e Mello (2009) citam como exemplo o noroeste do Maranhão, que “é mais amazônico do que nordestino”, ainda que oficialmente o Estado faça parte da região Nordeste.

Isso é tão evidente que a região foi incluída na Amazônia Legal, continuando ao mesmo tempo (...) na competência da agência de desenvolvimento do Nordeste, a Sudene. É um reconhecimento do seu caráter específico mas, sobretudo, uma boa ocasião para as oligarquias locais se aproveitarem das duas fontes de incentivos (SOUZA, 2013, p.266-267).

Por outro lado, “a macrorregião Sudeste é uma espécie de extremo oposto”, pois ali os gentílicos referem-se sempre a um estado ou capital, como mineiro, capixaba, carioca ou paulistano, “mas nunca a esse agregado chamado Sudeste”. Afinal, fala-se em “povos amazônicos” (ou amazônidas), comemora-se o “dia do nordestino” (8 de outubro), mas não se tem notícia de algo a respeito dos “sudestinos”.

O termo “região” também é atribuído a divisões da escala “local”, intramunicipais e intraurbanas, como distritos, zonas e “regiões administrativas” que aglutinam bairros, comunidades ou povoados. Portanto, o que distingue o local do regional, no contexto da Comunicação, é apenas uma questão da escala a partir da qual se observam as práticas midiáticas em questão: se um bairro, uma comunidade, uma cidade ou um município; ou se

⁵ Dado mais recente, divulgado pelo IBGE em junho de 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>

um aglomerado de localidades reconhecido por uma identidade (geográfica, sociocultural, histórica) ou por uma denominação político-administrativa.

Regionalização midiática

Para Haesbaert (2010, p.91), “falar em região é também, concomitantemente, envolver-se com os diversos processos e/ou métodos de regionalização”, entre os quais, “como um processo efetivamente vivido e produzido pelos grupos/sujeitos sociais”. Para este autor, “o regional se impõe por sua multiplicidade ou, se preferimos, por sua complexidade”, o que implica “a adaptação de nossas conceituações aos contextos históricos, geográficos e culturais em que estamos mergulhados e/ou que estamos focalizando” (...). “Até mesmo diferentes espaços dentro de um mesmo país, especialmente no caso de Estados de grandes dimensões como o nosso, podem exigir importantes adaptações em nossos princípios de regionalização, única forma de darmos conta dos processos mais relevantes em termos das articulações regionais” (ob.cit., p.184).

Haesbaert considera ainda que “qualquer nova proposta para estudos regionais, hoje, deve levar em conta, sobretudo, as mudanças nas relações de articulação entre sujeitos sociais através de redes que imbricam em diferentes escalas”, do local ao global, passando pelas “novas mesoescalas regionais” (infranacionais) e os megablocos transnacionais (ob.cit., p.187-188). Ele alerta que, “embora as articulações regionais tenham tendência a privilegiar uma dimensão ou escala, obviamente elas estão sempre, todas, diferencialmente conjugadas – num jogo, hoje, de crescente complexidade, dependendo da própria força dos sujeitos sociais ‘articuladores’” (ob.cit., p.189).

Região seria, então, uma das concepções possíveis do território, relativa a “questões da ordem das práticas efetivas de diferenciação do espaço” (ou seu “recortamento”). E a regionalização apresenta-se como um processo que busca “identificar parcelas do espaço articuladas ou dotadas de relativa coerência”, revelando articulações ligadas à “ação concreta de controle, produção e significação do espaço pelos sujeitos sociais que as constroem, no entrecruzamento de múltiplas dimensões (econômica, política, cultural...) - ainda que uma delas, variável de acordo com o contexto geográfico e histórico, se possa impor e, de algum modo, 'amalgamar' as demais” (Haesbaert, 2010, p.171). A “regionalização midiática” enquadra-se, assim, no padrão de “regionalização restrita a determinado grupo ou sujeito social [que] busca produzir, gerir e/ou representar *seu* espaço de forma articulada, em função de *seus* próprios interesses” (ob.cit., p.190 – grifos do autor).

No Brasil do século XXI, essa “regionalização” diz respeito aos novos arranjos e inter-relações dos grupos de mídia que atuam no território brasileiro, resultantes de alguns movimentos concomitantes: os impactos da globalização do capitalismo na organização da produção, que afetam a ordenação do território brasileiro e a organização dos mercados internos de consumo; os recentes processos de urbanização daí resultantes, que estimulam a criação de mais regiões metropolitanas e expandem as cidades médias, com novas aglomerações urbanas; o impacto do avanço e disseminação das tecnologias digitais sobre as formas de produzir, processar, armazenar e transmitir informação; um modelo de governo neopopulista que, por meio de mecanismos de transferência de renda, incorporou às camadas médias da população novos consumidores, transformados em audiências; e uma lenta mas progressiva política de descentralização das verbas de publicidade governamental e sua aplicação em uma variedade maior de veículos e parcelas do território nacional.

Em qualquer desses sentidos, “regionalizar” não significa apenas dividir, recortar espaços mas, principalmente, ocupar, requalificar ou ressignificar parcelas de territórios, por meio de intervenções midiáticas que busquem diferenciar-se daquelas já desenvolvidas nas áreas centrais, em termos de construção de identidades, ao mesmo tempo em que reproduzem certos modelos de negócios, referenciais estéticos e aplicações tecnológicas.

Essa consideração diverge da forma como a mídia regional vem sendo tradicionalmente estudada no Brasil, conforme diagnosticado por Pâmela Pinto (2012, 2013, 2014), que indica duas linhas de estudo recorrentes: uma que ela denomina “perspectiva relacional assimétrica”, que toma como modelo de referência os grupos/veículos situados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Brasília; outra que identifica como “super-local”, por supervalorizar, isoladamente, veículos ou grupos localizados fora deste eixo (Pinto, 2013, p.99).

Observa-se, assim, a necessidade de “propor um reposicionamento do lugar da mídia regional nos estudos de comunicação do país” (idem), de modo a contemplar a diversidade e a complexidade do sistema midiático como um todo, em relação ao qual os meios locais e regionais sejam compreendidos como “subsistemas”, com suas particularidades e singularidades, e não como modelo “inferior” da “mídia nacional”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva multiescalar, não-hierárquica, na qual a cada recorte espacial corresponde um padrão de intervenção midiática que lhe é peculiar, e que deve ser estudado como tal.

Redes regionais de TV

Com base nessa perspectiva, propõe-se aqui um breve estudo exploratório das principais escalas observáveis na distribuição geográfica e nos recortes territoriais que demarcam a

atuação das emissoras que compõem a Rede Globo de Televisão, estrategicamente espalhada por todo o território nacional. O Atlas de Cobertura da Rede (2015) apresenta a distribuição das suas 123 exibidoras na escala nacional, por meio de duas representações cartográficas: uma a partir do mapa das cinco “macrorregiões”, das quais se desdobra a localização das emissoras por estado⁶; outra que identifica todas as cidades nas quais estão sediadas essas exibidoras⁷.

A partir da distribuição dessas afiliadas pelo território nacional, foi possível identificar quatro níveis escalares correspondentes aos recortes regionais em que se inserem as emissoras, bem como um padrão multiescalar que caracteriza alguns grupos de televisão regional, resumidamente apresentados a seguir. Reitera-se, porém, que qualquer proposta de tipologia escalar serve apenas para orientar as escolhas dos níveis de análise dos recortes espaciais, tendo em vista suas possibilidades de diferenciação.

- **Rede regional supraestadual** – conjunto de emissoras pertencentes a um mesmo grupo empresarial que atua em dois ou mais estados contíguos:

- Rede Amazônica: grupo de radiodifusão que inclui a rede de TV por assinatura Amazonsat, está presente em quatro estados fronteiriços da Região Norte, além do Amapá, e é composta por seis emissoras em Rondônia; duas no Acre; três no Amazonas; uma em Boa Vista (RR); uma em Macapá (AP), e mais de 200 retransmissoras.
- Rede Anhanguera: é formada por oito emissoras em Goiás e três no Tocantins, e pertence à Organização Jaime Câmara, proprietária de 24 veículos de comunicação, entre jornal, rádio, TV e internet, distribuídos por esses dois estados vizinhos (mas situados em macrorregiões diferentes), além do Distrito Federal.
- Rede Mato-grossense de Comunicação: pertencente ao Grupo Zahran (distribuidor de gás e pecuarista), é formada por duas sub-redes situadas em estados contíguos que originalmente formavam um mesmo território. As quatro emissoras da TV Centro América distribuem-se por Mato Grosso de modo bastante desigual; a da capital, Cuiabá, envia a programação para 123 municípios; enquanto as de Sinop, na mesorregião Norte, de Tangará da Serra, na Sudoeste, e de Rondonópolis, na Sudeste, restringem-se às suas cidades-sede. Já as três emissoras da TV Morena cobrem todos os municípios das quatro mesorregiões sul-matogrossenses: a capital, Campo Grande, situada bem no centro do

⁶ Disponível em <http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Home.aspx>, apenas para consulta online (acessado em 15/07/2015); não existe em versão impressa nem em pdf.

⁷ Disponível em: http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Documents/Mapa%20exibidoras_123_atlas.pdf (acessado em 15/07/2015).

Estado, transmite para 32; Ponta Porã, no Sudoeste, para 45; e Corumbá, na fronteira extremo-oeste da mesorregião Pantanal, para apenas dois.

- Rede Brasil Sul de Comunicação: controlada pelo Grupo RBS, dono de dez títulos de jornais, dez emissoras de rádio e do Portal clicRBS (entre outros negócios de mídia e tecnologias digitais) é a maior rede regional afiliada à Globo, em número de emissoras (18), sendo 12 no Rio Grande do Sul (quase duas por mesorregião) e seis em Santa Catarina (uma para cada mesorregião).

- **Rede regional estadual** – conjunto de emissoras pertencentes a um mesmo grupo empresarial cujo sinal alcança todas ou a maior parte das mesorregiões de um estado, por meio de transmissão por satélite ou retransmissoras locais. Nesta escala, o Atlas da Globo permite identificar oito redes:

- No Pará, a TV Liberal, pertencente às Organizações Romulo Maiorana, concentra sete emissoras nas mesorregiões do Nordeste e Sudeste, inclusive a de Belém, restando uma no Centro, outra no Sudoeste; a TV Tapajós, que pertencem a outro grupo, cobre o Baixo Amazonas a partir de Santarém. Não há afiliada da Globo na mesorregião de Marajó.
- As seis emissoras da TV Mirante, pertencentes à família Sarney, formam uma rede distribuída pelas cinco mesorregiões do Maranhão, embora a maior parte do seu território receba o sinal transmitido pela afiliada sediada na capital, São Luís.
- Apesar de o Ceará estar dividido em seis mesorregiões, mais a Região Metropolitana (RM) de Fortaleza, o Sistema Verdes Mares, do Grupo Edson Queiroz (que inclui várias indústrias, além de outros meios de comunicação), possui apenas duas emissoras, que dividem o Estado em dois, Norte (o da capital) e Sul (a partir de Juazeiro do Norte).
- A Rede Bahia, controlada pela família Magalhães, é formada por seis emissoras locais (com nomes diferentes), cada qual sediada em uma cidade polo de cinco das seis mesorregiões do Estado, além da TV Bahia, de Salvador, cujo sinal cobre 139 municípios, incluindo os do Centro-Norte Baiano, onde não há afiliada da Globo.
- As quatro emissoras da Rede Gazeta, do Grupo João Santos (produtor de cimento, além de dono de rádios, TVs e do jornal Tribuna, de Vitória) estão rigorosamente distribuídas pelas cidades polo das mesorregiões capixabas, em igual número.
- Embora geograficamente espalhadas, as oito emissoras da RPC – Rede Paranaense de Comunicação (do GRPCom, também proprietário do jornal Gazeta do Povo) não estão bem distribuídas territorialmente, já que as afiliadas de Cascavel e Foz do Iguaçu situam-se na mesma mesorregião Oeste, e as TVs de Maringá e Londrina, na Norte Central. Com

isso, o Norte Pioneiro, onde não há afiliada, recebe a programação de Londrina; Ponta Grossa cobre o Centro-Oriental; Guarapuava, o Centro-Sul, e ambas dividem com Curitiba a cobertura de sinal para a mesorregião Sudeste.

- **Redes sub-estaduais** – formadas por pequenos grupos de emissoras locais associadas que cobrem algumas mesorregiões e/ou microrregiões de um estado. É o caso das quatro emissoras da TV TEM (sigla de *Traffic Entertainment and Marketing*), do empresário de negócios esportivos José Hawilla, que diz alcançar 318 municípios das regiões de Bauru, São José do Rio Preto, Sorocaba e Itapetininga, “recorte territorial equivalente a 49% do interior paulista, onde vivem 7,8 milhões de habitantes”⁸. Outra parcela importante desse território é ocupada pela EPTV – Emissoras Pioneiras de Televisão, criada em 1979 por José Bonifácio Coutinho Nogueira, fundador e primeiro presidente da TV Cultura, de São Paulo. Composta pelas filiais Ribeirão Preto, Central (São Carlos) e Campinas, a rede possui também um braço transfronteira, por meio da EPTV Sul de Minas, sediada em Varginha⁹. Nesta cidade, a emissora disputa audiência com a TV Alterosa¹⁰, dos Diários Associados, que por sua vez concorre em Juiz de Fora com outra rede afiliada da Globo, a TV Integração (do empresário Tubal de Siqueira Silva), que também transmite para Uberlândia (sua sede), Ituitaba e Araxá.

- **Emissoras locais com cobertura sub-regional** – geradoras de programação local, vinculadas a uma única concessão de TV aberta, geralmente situadas em capitais ou cidades polo. É o caso das cinco emissoras próprias da TV Globo (número máximo permitido por lei), situadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife, que cobrem suas respectivas regiões metropolitanas (ou cidades satélites, no caso da capital federal), mas também produzem conteúdos “nacionais” para toda a Rede. A maior parte dessas emissoras “isoladas” opera na Região Nordeste, sendo duas no Piauí (TV Clube, de Teresina, e TV Alvorada, de Floriano); duas em Pernambuco (TV Asa Branca, de Caruaru; TV Grande Rio, em Petrolina); duas na Paraíba (TV Paraíba, em Campina Grande; TV Cabo Branco, em João Pessoa); uma em Alagoas (TV Gazeta, de Maceió) e a TV Sergipe, em Aracaju. Em São Paulo, quatro afiliadas atuam nessa escala: TV Fronteira (Presidente Prudente); TV Tribuna (Santos); e TV Vanguarda (com uma emissora em São José dos Campos e outra em Taubaté). No Estado do Rio, tem a TV Rio Sul (Resende), e no Pará, a já mencionada TV Tapajós (Santarém).

⁸ Informações institucionais disponíveis em: <http://redeglobo.globo.com/sp/tvtem/noticia/2012/10/sobre-tv-tem.html>.

⁹ Informações disponíveis em: <http://www.viaeptv.com/institucional/emissoras/historico.aspx>

¹⁰ Rede regional geradora de programação própria que possui mais três emissoras: em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Divinópolis (ver em www.alterosa.com.br).

- **Redes multiterritoriais** – emissoras pertencentes à mesma empresa que atuam em rede, mas em territórios não contíguos ou transfronteiras. Além da citada EPTV, é tipicamente o caso da Inter TV, que atua em três estados não-vizinhos, por meio de sete afiliadas da Globo: três no Estado do Rio – TV Serra e Mar (Nova Friburgo); Inter TV Planície (Campos); Inter TV Alto Litoral (Cabo Frio); duas em Minas Gerais – TV Grande Minas (Montes Claros) e Inter TV dos Vales (Coronel Fabriciano); e duas no Rio Grande do Norte – TV Cabugi (Natal) e TV Costa Branca (Mossoró).

Este breve levantamento aponta para o que Milton Santos denominou “os quatro Brasis”, um “mapa” do País resultante de processos diferenciados de ocupação e desenvolvimento territoriais, no qual áreas de densidade populacional, urbana e técnica (midiática inclusive) contrastam com amplas áreas de rarefação (Santos e Silveira, 2008). As figuras 1 e 2 ilustram diferenças de densidade de afiliadas da mesma macrorregião (Norte e Centro-Oeste), independente da escala da rede (estadual ou supraestadual). A figura 3 compara dois estados de macrorregiões diferentes nos quais a Globo tem emissoras próprias.

Figura 1. Emissoras da Rede Amazônica no Amazonas x afiliadas da TV Liberal no Pará

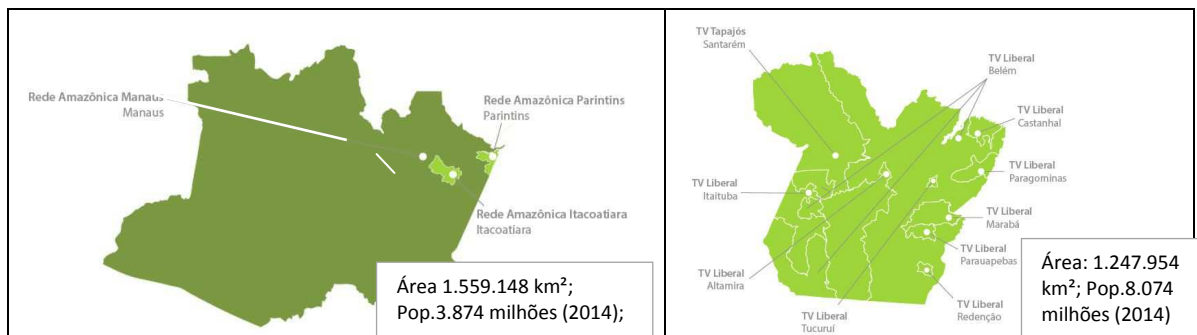
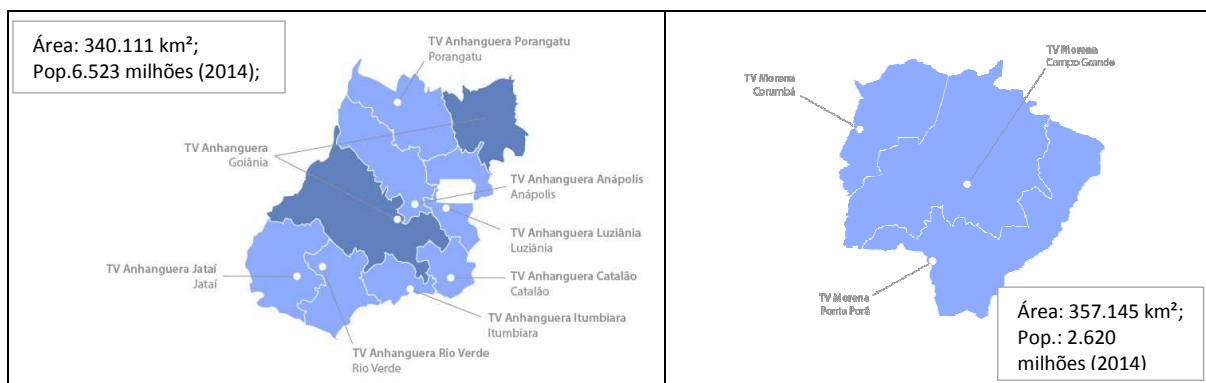
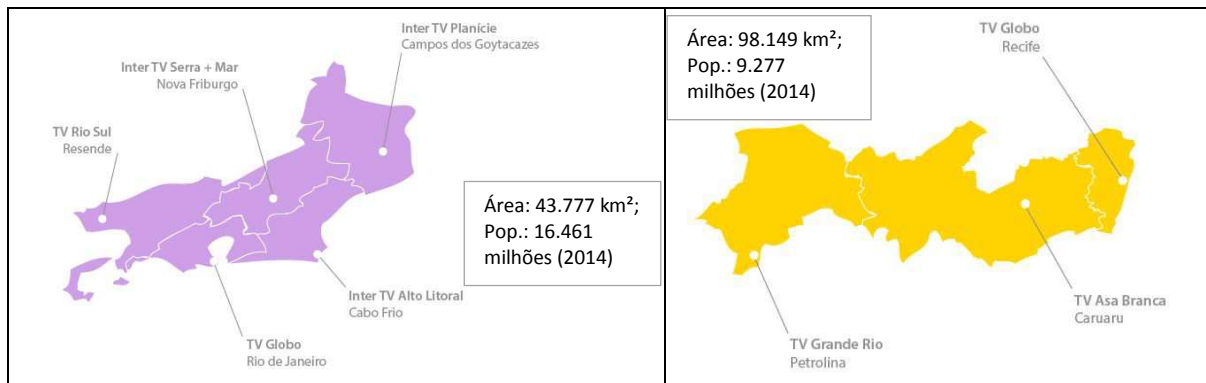


Figura 2. Emissoras da Rede Anhanguera em Goiás x afiliadas da TV Morena em MS



Os três exemplos confirmam que não é a área geográfica que define a distribuição das afiliadas e sim a densidade populacional, pelo que representa em termos de audiência e mercado publicitário. Porém, mesmo em um estado como São Paulo, onde as redes sub-regionais possuem cobertura densa, há “lugares em que não chega nenhum tipo de programação local e nacional”, como identificou Munhoz (2008a, p.123).

Figura 3. Distribuição das afiliadas em estados em que a Globo tem emissoras próprias



Fontes: Atlas de Cobertura da Rede Globo de Televisão (2015), disponível em: <http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Home.aspx>; e IBGE Estados@, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php>

Considerações finais:

A distribuição regional das emissoras afiliadas à Rede Globo de Televisão, sucintamente apresentada aqui, indica a pertinência e relevância de uma abordagem multiescalar, não-hierárquica, da mídia regional e local. Uma empreitada que, para ser eficazmente assumida e enfrentada, exige uma estratégia de pesquisa que contemple a articulação de estudos comparativos dos subsistemas instalados e operantes nos diferentes recortes regionais.

Tal estratégia, que precisaria ser realizada de forma colaborativa e em rede, permitiria mapear os efeitos da intervenção midiática em cada recorte em relação à programação (análise de repertório); aos referenciais identitários locais e regionais (análise de conteúdo); ao comportamento da audiência (estudos de recepção); e às relações de poder local e transterritoriais – local/regional/nacional/global (análise de discurso). Possibilitaria, ainda, um mapeamento das relações societárias e patrimoniais (análise documental) dos grupos de mídia regional, que contemplasse tanto o poder do capital quanto o papel do Estado e das regulações dos meios de comunicação no Brasil.

Um trabalho de pesquisa dessa envergadura, coletivamente construído e obrigatoriamente interdisciplinar, permitiria, por fim, dar conta de variadas problematizações da comunicação regional, sob diferentes escalas, o que significaria obter tanto uma visão de conjunto da paisagem midiática, por meio de uma escala panorâmica, quanto alcançar detalhes de cada recorte geográfico só perceptíveis a partir de certa escala de aproximação.

Referências citadas:

AGUIAR, Sonia. Geografias e economia política da comunicação: diálogos de fronteira. **Eptic in linea** - Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación.

vol. XIII, nº 3, Sep-Dic, 2011. Disponível em:
<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/306/204>

BRANDÃO, C. A. . **Território & desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. A. . Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011. Disponível em:
http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2012/01/Brandão_Bahia-Análise-e-Dados_2011.pdf

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia, conceitos e temas**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014 [1995]. pp.117-140.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], n.3, 2014. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/990>

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia, conceitos e temas**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014 [1995]. pp. 49-76.

HAESBAERT, Rogério. Escalas espaço-temporais. In: HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2013 [2002]

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em:
ftp://geofp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/regic.zip

MUNHOZ, Eliane Regina. As afiliadas da Rede Globo de Televisão no território brasileiro. **Ateliê Geográfico**. v.2, nº2, ago/2008a, pp.119-137. Disponível em: <http://migre.me/qPXJt>

MUNHOZ, Eliane Regina. **A Rede Globo no território brasileiro através do sistema de emissoras afiliadas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008b. Disponível em:
www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../ELIANE_REGINA_MUNHOZ.pdf

OLIVEIRA, Roberto Reis de. Espaço, território, região: Pistas para um debate sobre comunicação regional. **Ciberlegenda**, nº 29 (2013). P.108-118. Disponível em:
<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/659/358>

PINTO, Pâmela Araujo. Mídia regional no Brasil: uma análise dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul. **Revista Eptic Online**. vol.16 n.3 p.59-78. set.-dez 2014. Disponível em:
seer.ufs.br/index.php/eptic/article/download/59/pdf

PINTO, Pâmela Araujo. Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil. **Ciberlegenda**, n.29, 2013. pp. 95-107. Disponível em:
<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/download/649/352>

PINTO, Pâmela Araujo. **O reposicionamento da mídia regional no sistema midiático brasileiro**. In: Anais do IV Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. Disponível em:
<http://migre.me/qPPXS>

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009.